



## Intervenção da Ministra da Justiça na audição parlamentar no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2021

Assembleia da República, 9 novembro 2020

Senhor Presidente da Comissão do Orçamento e Finanças

Senhor Presidente da Comissão dos assuntos Constitucionais, direitos liberdades e garantias

Senhoras e senhores deputados

2020 foi um ano que não deveria ter acontecido.

Não deveria ter acontecido no que nos trouxe de sofrimento coletivo, de perda de vidas, de privação de contactos físicos, de perda de rendimento das famílias, de quebra da atividade das empresas, de desagregação do nosso tecido produtivo, de destruturação das nossas organizações, de redução da capacidade de resposta dos nossos serviços, de desmobilização da confiança que os cidadãos vinham adquirindo na nossa capacidade de, em conjunto, construirmos um país mais justo, mais coeso, mais solidário.

A justiça não passou, nem poderia passar incólume ao verdadeiro rubicão que se interpôs entre nós e o futuro que queríamos ter tido, substituído por uma enorme constrição nos planos social, e económico e por uma redução da capacidade de ação e realização dos serviços, de que se ressentiu o orçamento aprovado para 2020.

O orçamento de Estado para 2021, não podendo desligar-se desse passado, alberga a confiança de que conseguiremos ultrapassá-lo e de que em 2021 teremos condições para inverter a situação no plano da saúde pública, com a inerente retoma da economia, a melhoria do emprego e das condições de vida das famílias, a normalização da atividade da administração e o regresso gradual ao lugar em que nos encontrávamos em março de 2020.

A pandemia, com o cortejo de limitações que induziu, permitiu testar a validade das medidas de política que tínhamos tomado ao longo da legislatura anterior e confirmar que muitas delas melhoraram a nossa capacidade de manter a operacionalidade em períodos de crise.

Nos tribunais de primeira instância a implementação do sistema Tribunal + com a criação do Balcão + como front office **único** centralizado, permitiu concentrar num posto as interações com a generalidade dos profissionais e cidadãos que demandam o tribunal em busca de uma certidão, ou para consulta de processos;

A possibilidade de consulta remota e de obtenção de certidões de processos eletronicamente provou também ser de grande valia em tempos de restrição de movimentos.

A expansão do Citius aos tribunais superiores, com a possibilidade da prática de atos remotamente, favoreceu a continuidade da atividade judicial e a atenuação dos riscos de contágio.

As melhorias que têm sido introduzidas no sistema CITIUS permitiram implementar rapidamente, no contexto mais agudo da crise, soluções de teletrabalho, com o fornecimento computadores portáteis a cerca de 1400 oficiais de justiça.

O aumento da oferta de serviços digitais na plataforma digital da justiça permitiu garantir níveis mínimos de serviço, em matéria registral. E o percurso que vínhamos fazendo facilitou a construção, no espaço de uma semana, de uma solução eletrónica para os registos de nascimento, que desde abril podem ser efetuados eletrónica e gratuitamente a partir de casa.

O índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade publicado pela Comissão Europeia em junho destaca o serviço on line do registo de nascimento como exemplar de resposta em contexto de pandemia.

O orçamento que aqui apresentamos permite aprofundar o essencial das medidas de política do Governo para a área da Justiça e melhorar a resiliência dos seus vários sub-sistemas.

Acreditamos que é na continuidade de políticas coerentes e sustentadas que está a possibilidade de construir um país mais coeso e mais justo para todos.

O orçamento total do Ministério da Justiça para 2021 é de 1.495,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 47,5M (3,3%) relativamente à previsão de despesa para 2020, que é de 1.447,8 M.

Este orçamento exprime um ligeiro aumento das dotações da maior parte dos organismos do Ministério da Justiça e na maior parte das suas funções críticas, sendo de destacar, em termos absolutos:

um aumento de 3,4% na Polícia Judiciária (4,5M); um aumento significativo na rubrica de aquisição de bens de capital 26,5% (16M); um aumento expressivo do orçamento das Tecnologias de Informação e Comunicação 23,4% (11,7M); um aumento de 3,2% (8,4M) na função de investigação criminal, que engloba o Ministério Público a Polícia Judiciária e a Medicina Legal e Ciências Forenses.

Destacamos também, neste orçamento, um aumento de 13,7% da despesa corrente em aquisição de bens e serviços, de que são beneficiários o IGFEJ, a DGRSP e o IRN para o financiamento das suas atividades.

Salientamos ainda o acréscimo das despesas de capital em investimento, em cerca de 24,3M uma percentagem de 46,2% com um aumento substancial da capacidade de financiamento de obras por parte do IGFEJ, a entidade responsável pela gestão e manutenção das infraestruturas da justiça (tribunais, conservatórias, Estabelecimentos Prisionais, instalações da PJ).

Finalmente, importa referir a previsão de uma verba de cerca de 240 milhões, a executar em 6 anos, nas áreas da transformação digital da justiça e da formação no sistema prisional, no quadro do Programa de Recuperação e Resiliência.

Este orçamento permite-nos, pois, honrar os nossos compromissos em relação aos grandes eixos de ação política que aqui enunciamos no ano passado e que se mantêm:

O reforço da proteção dos cidadãos mais vulneráveis;

O robustecimento do combate à corrupção;

O prosseguimento da modernização do sistema de justiça;

O cumprimento de medidas previstas nos planos de requalificação de equipamentos judiciais, prisionais, tutelares educativos e os meios afetos à reinserção social.

O reforço da oferta judiciária através dos meios de resolução alternativa de litígios.

Em matéria de proteção dos cidadãos mais vulneráveis, propomo-nos reforçar a prevenção e o apoio às vítimas de crimes violentos, em especial a violência contra idosos, violência contra menores e a violência doméstica – cujas cifras tendem a aumentar em contexto de crise económica e social – e cuja prática se mostra agora

facilitada pelo contexto de restrição de movimentos a que estão sujeitos muitos cidadãos e muitas famílias.

Desde logo, melhorando a formação nas instituições da área da justiça vocacionadas para lidar com estes fenómenos – o Centro de Estudos Judiciários e o Centro de Formação de Oficiais de Justiça;

Reconhecendo a indispensabilidade de uma intervenção multidisciplinar e interinstitucional que agregue competências e meios de entidades públicas e privadas;

Apoiando o alargamento da rede de Gabinetes de Apoio a vítimas de violência de género e violência doméstica já existentes junto dos Departamentos de Investigação e ação Penal, em consonância com o sentido positivo de uma avaliação feita pela Universidade do Minho aos gabinetes instalados nas comarcas de Braga, Aveiro, Coimbra, Lisboa-Oeste, Lisboa-Norte e Faro.

Melhorando as condições de exercício da Comissão de Proteção de Vítimas de Crimes Violentos.

Valorizando e continuando a reforçar a capacidade de avaliação do dano físico e psicológico, pelos profissionais de medicina legal e a apoiar o notável processo de recuperação de pendências perícias e de relatórios médico legais do Instituto Nacional de Medicina Legal.

Melhorando a qualidade da formação dos reclusos.

Em matéria de modernização, prosseguiremos a execução da nova edição do Plano Justiça mais próxima – o grande projecto de transformação na área da justiça - apresentado no início de março de corrente ano, agora com uma capacidade financeira reforçada em resultado do Programa de Recuperação e Resiliência.

Em 2021 teremos prontos a funcionar os novos sistemas de tramitação processual Magistratus e MP Codex, tanto na jurisdição comum como na administrativa e tributária

e prosseguiremos a modernização dos registos, assegurando mais e melhores serviços disponibilizáveis on line através da plataforma eletrónica da justiça.

**Hoje, quase cinco anos volvidos do início do programa de transformação digital, mais de 4 milhões de cidadãos usaram os diversos serviços online da Justiça (mais de 2 milhões no Portal da Justiça e 2 milhões através dos serviços da Justiça no Portal de Serviços Públicos ePortugal) - Plataforma onde se obtiveram mais de 500 mil certificados e certidões remotamente; onde mais de 125 mil interessados consultaram o seu processo judicial eletronicamente; onde mais de 290 mil cidadãos já pediram a renovação do seu Cartão de Cidadão online ou mais de 120 mil cidadãos consultaram o estado do processo de nacionalidade.**

**Insistindo numa política de transparência, a Plataforma Digital da Justiça já disponibiliza informação e estatísticas em formato aberto, reunindo mais de 120 indicadores e uma dezena de cadernos temáticos, agregados por assuntos.**

Insistiremos na reformulação dos modelos de atendimento, manteremos a aposta na redução da complexidade e no aumento da margem de compreensibilidade das decisões, como fórmula virtuosa de relacionamento entre o Estado e os cidadãos.

O Projeto linguagem clara, iniciado com uma experiência piloto no Balcão Nacional de Injunções, será estendido a outros processos e espécies processuais, numa lógica de melhoria do acesso à justiça pelos cidadãos.

O processo de inovação e transformação digital na justiça portuguesa tem sido apontado como exemplo no plano europeu e internacional e está a ser acompanhado de muito perto, pela OCDE.

O último Relatório da CEPEJ - Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça, relativo ao ano de 2018 evidencia que no domínio de tecnologias de informação (IT), Portugal se destaca nas taxas de implementação em todos os indicadores analisados: suporte à decisão, gestão de processos e comunicação com os tribunais.

O OE para 2020 permite-nos prosseguir um percurso de aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação para simplificar e aproximar a justiça aos cidadãos.

No próximo ano dispostemos **de 61 milhões e 600 mil euros para tecnologias de informação e comunicação (TIC).**

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

A afirmação de que precisamos de melhorar a eficácia no combate à corrupção e a criminalidade conexa colhe, seguramente o consenso nacional.

O Governo identificou no seu Programa um amplo conjunto de medidas e tem em curso a promoção de uma estratégia nacional anti corrupção, compreendendo uma forte aposta na prevenção e um conjunto de ações que visam melhorar as condições de esclarecimento do crime, favorecer a celeridade da investigação e do julgamento e, bem assim, garantir a efetividade das sanções penais.

A qualidade da participação na consulta pública do documento, terminada no passado dia 20 de outubro, é elucidativa do interesse e da apreensão com que a sociedade portuguesa encara o fenómeno.

A estratégia incorpora a necessidade de prosseguimento do processo de reforço dos recursos humanos e tecnológicos e das condições de funcionamento do Ministério Público e da Polícia Judiciária.

O Governo tem honrado e continuará a honrar os seus compromissos de dotação de melhores meios de ação para a investigação criminal, em particular para o MP e a PJ.

Assim,

Contrariando uma prática que vinha sendo seguida, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) passou a abrir anualmente concursos para o ingresso nas magistraturas, desde o ano de 2016, trabalhando no limite da capacidade instalada. Os sucessivos cursos abertos têm privilegiado a magistratura do Ministério Público para a qual ingressaram já 255 auditores, dos quais cerca de 140 se encontram a exercer funções por terem terminado com êxito o período probatório. No intuito de responder às graves dificuldades de efetivos reportadas pelo CSMP o Governo reduziu a duração de dois cursos de formação, de molde a garantir uma mais rápida disponibilidade de magistrados.

Em 2021 prosseguiremos o esforço de regularização do recrutamento.

O considerável reforço do orçamento da PGR reflete a preocupação de lhe garantir uma maior disponibilidade de meios e mais ampla autonomia.

Os magistrados do Ministério Público em funções nos Departamentos de Investigação e Ação Penal conheceram, com o estatuto que entrou em vigor no início deste ano, uma valorização remuneratória. Essa valorização, associada à possibilidade de organização da carreira na investigação criminal, sem quebra de progressão reforçam a garantia da fidelização de quadros nos DIAP's e a adequada especialização na investigação criminal.

O orçamento de Estado para 2021 permite-nos continuar a reforçar os efetivos afetos à investigação criminal, tanto no que se refere ao Ministério Público como no que tange à Polícia Judiciária.

A reorganização dos serviços da Polícia Judiciária – ocorrida este ano -, prosseguindo o arquétipo de uma polícia moderna e adaptada às novas exigências do crime, sedimentou a autonomia científica das unidades que desempenham uma função de apoio especializado à investigação criminal, de cariz técnico científico, como o Laboratório de Polícia Científica, a Unidade de Perícia Financeira e Contabilística.

A criação, na nova orgânica, de uma Unidade de Perícia Tecnológica e Informática veio dar resposta a uma realidade cada vez mais digital, em que o crime e, em particular o crime económico-financeiro também tem inscrição.

A Polícia judiciária viu o seu efetivo reforçado com a abertura de concursos para ingresso na carreira de investigação criminal, na carreira de especialistas, na carreira de seguranças. Ingressaram já 156 novos inspetores. Dificuldades associadas às restrições impostas pela pandemia impediram a conclusão de um concurso para a admissão de mais 100 inspetores. Em 2020 foram também recrutados 29 especialistas adjuntos. Espera-se que ainda este ano seja aberto concurso para admissão de 30 especialistas.

O Governo prosseguirá, no próximo ano, a execução do programa tendente ao reapetrechamento humano, tecnológico e à renovação de equipamentos e instalações da Polícia Judiciária.

Foram feitos importantes investimentos para melhoria das instalações do DIC da Guarda, da ULIC de Évora, do Dic de Leiria, do DIC da Madeira ...

Estão já em curso os procedimentos que nos permitirão dotar a PJ, no próximo ano, de novas instalações para a Diretoria do Sul (Faro) e em Braga.

**No ano passado foram investidos cerca de 8 milhões de euros no apetrechamento tecnológico da Polícia Judiciária e contamos prosseguir esse esforço no ano corrente.**

A revisão dos estatutos das magistraturas, do pessoal das carreiras da Polícia Judiciária e de outras, revalorizando carreiras na área da Justiça, assegurou respostas tendentes ao reconhecimento da relevância social e institucional de específicos exercícios funcionais em áreas de soberania, esperando-se que constitua um estímulo à captação e retenção dos melhores.

O Governo não esqueceu, nem esquecerá os senhores oficiais de justiça, cuja indispensabilidade ao funcionamento dos tribunais não sofre contestação, tal como é inquestionável o seu dedicado contributo para os resultados já alcançados.

*A Proposta de Estatuto dos Oficiais de justiça foi enviada para publicação no BTE, com vista ao início da negociação sindical.*

Senhor presidente

Senhoras e senhores deputados

Este é também um Orçamento de resistência já que a grave situação sanitária que o País e o mundo atravessam não se resolverá na alvorada do primeiro de janeiro de 2021.

Precisaremos, por isso, de zelar para que se cumpram, a cada momento, as exigências de saúde pública que consintam uma convivência harmónica entre a manutenção de níveis razoáveis de atividade, com a correspondente prestação de serviços e a proteção de trabalhadores e cidadãos à guarda do Estado.

Os cidadãos precisam que o Estado responda. Que o Estado continue a funcionar e a prestar-lhes os serviços de que necessitam: dos tribunais aos registos, passando pela investigação criminal, a medicina legal e ciências forenses.

A garantia de que assim acontece é nosso compromisso.

E foi essa ponderação que levou às opções que fizemos, com rigor, com exigência, num orçamento claramente marcado pela necessidade de assegurar os direitos fundamentais no quadro das restrições impostas pela pandemia.